TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E IMPÔSTO TERRITORIAL — BITRIBUTAÇÃO — IMPÔSTO E TAXAS ESTADUAIS — QUANDO DEPENDEM DA APROVAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Não é inconstitucional a taxa de conservação de estradas, já autorizada pelo Decreto estadual de São Paulo n.º 9.920, de 11 de janeiro de 1939.

— Pelo Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, enquanto se acharem os Estados em regime de intervenção, terão sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República os decretos-leis que dispuserem, no todo ou em parte, sobre impostos ou taxas de qualquer espécie, desde que se trate de nova tributação ou majoração.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Prefeitura Municipal de Matão versus Osório Guedes de Sousa Pinto

Recurso Extraordinário n.º 7.393 — Relator: Sr. Ministro

BENTO DE FARIA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso extraordinário em que são: recorrente, Osório Guedes de Sousa Pinto, e recorrida, a Prefeitura Municipal de Matão:

Acorda o Supremo Tribunal Federal, pela Segunda Turma, tomar conhecimento do recurso e negar-lhe provimento pelas razões constantes das notas taquigráficas.

Custas pelo recorrente.

Supremo Tribunal Federal, 16 de janeiro de 1945. — *José Linhares*, Presidente. — *Bento de Faria*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. *Ministro Bento de Faria* — No Juízo de Direito de Araraquara (São Paulo), a Prefeitura Municipal de Matão intentou contra Osório Guedes de Sousa Pinto o presente executivo, para cobrar-lhe a importância de Cr\$. 335,00, proveniente de taxa de conservação de estradas de rodagem, a qual não fôra paga no exercício de 1941.

O executado defendeu-se por embargos, alegando:

- a) a não aprovação regular da tributação cobrada;
- b) a ocorrência de bitributação, dada a cobrança do imposto territorial;
- c) a inexistência de contraprestação, pois a estrada que atravessa a sua propriedade está em completo abandono há mais de quatro anos (fls. 10 e seguintes).

Conclusos afinal os autos, o Juiz julgou procedente a ação e subsistente a penhora, pelas razões da sentença a fls. 79 (lê).

Não se conformando, o vencido interpôs recurso extraordinário, com fundamento no art. 101, III, letra c, da Constituição vigente, dêz que tal tributação fôra julgada subsistente apesar de contestada em face dos preceitos constitucionais indicados e do Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939 (fls. 83).

Arrazoado o recurso pelos interessados, nesta instância manifestou-se, a respeito, a Procuradoria Geral da República, nos termos do parecer a fôlhas 105 (lê).

VOTO

O Sr. Ministro Bento de Faria (Relator) — Conheço do recurso, por isso que a decisão recorrida julgou válido e subsistente o ato municipal impugnado com fundamento no aludido preceito constitucional.

Mas, dêle conhecendo, nego-lhe provimento, pelas seguintes razões:

a) Consoante o disposto no art. 28, n.º IV, da Constituição vigente, pertencem aos municípios as taxas sôbre serviços municipais.

Nêles se inclui a de que se trata, dêz que a tributação, como taxa, tem por objetivo, no caso, a conservação de estradas municipais.

Assim, não há ofensa ao preceito constitucional aludido, e menos ainda ao do art. 23, I, letra a, invocado pelo recorrente, a qual atribui aos Estados a decretação de impostos sôbre a propriedade territorial, exceto a urbana.

E de tal não se trata, o que exclui, evidentemente, a pretendida bi-tributação.

b) Igualmente não enxergo a alegada violação do Decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939.

O seu art. 32 dispõe, é certo, que terão sua vigência condicionada à aprovação do Presidente da República os decretos-leis que dispuserem, no todo ou em parte, sôbre — impostos ou taxas de qualquer espécie, desde que se trate da nova tributação ou majoração.

Ora, trata-se de taxa já autorizada pelo Decreto estadual n.º 9.920, de 11 de janeiro de 1939, sendo que o ato municipal de 2 de maio de 1939 sômente fixou o seu valor.

Conseqüentemente, a aprovação do Chefe do Governo não se tornava necessária, tanto mais quanto o mesmo Decreto n.º 1.202, de 1939, no art. 55, mandou que continuassem em vigor as leis, decretos e regulamentos, as posturas, resoluções e decisões dos Governos dos Estados, Municípios, em tudo que não fôr contrário à Constituição.

E a taxa cobrada, já prevista anteriormente, não feriu o mandamento constitucional.

c) A outra arguição, referente ao abandono da estrada, foi considerada pelo Juiz, tendo em vista a prova que apreciou.

Questão de fato, não legitimaria a interposição do recurso em apêço.

É o meu voto.

VOTO

O Sr. Ministro José Linhares — O presente recurso extraordinário foi interposto de decisão proferida pelo Juiz de direito de Araraquara, que, desprezando os embargos opostos pelo recorrente, julgara procedente o executivo

fiscal para cobrança de determinada quantia relativa à taxa de conservação de estradas de rodagem, criada pela Prefeitura de Matão.

Argüiu o executado ser inconstitucional a taxa cobrada em vista de ocorrer bitributação, de vez que já é cobrado o impôsto territorial.

Assim, é de se conhecer do recurso extraordinário pelo fundamento invocado, desde que se impugnou a validade do ato do Govêrno local, em face da Constituição Federal, e o Juiz o julgou válido. Nego-lhe, porém, provimento porque não só não ocorre bitributação, desde que não se reúnem os três requisitos que caracterizam a bitributação, como também porque a taxa criada está dentro da competência tributária do município.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Tomaram conhecimento do recurso e negaram-lhe provimento, unânimemente.